



EQUIDADE DE GÊNERO E FEMINISMO EM NÍSIA FLORESTA: DENÚNCIAS DAS “ABERRAÇÕES DO INTELLECTO VIRIL”

Graziela Rinaldi da Rosa¹
Berenice Corsetti²

O ensinamento da igualdade que deve reinar entre homem e mulher começa neles³ em relação às próprias irmãs em seus jogos infantis, e em todos aqueles milhares de costumes domésticos, nos quais transparece aquele orgulho excessivo e aquela pretensão do rapazola que tanto vos diverte, e que nada mais é, ó mulheres, senão o germe deste presunçoso egoísmo que vos oprime por toda a vida com prejuízo da própria felicidade deles. Vossas filhas, igualmente criadas com atento cuidado, não acolham em seu ânimo aquelas ridículas aspirações de gabolice que desnaturam-nas e desviam-nas do digno escopo que a mulher deve ter em mira; nem dêem lugar em seu coração a nenhum daqueles bravos sentimentos que pouco a pouco acabam por danificar a felicidade daqueles pelos quais elas devem viver (FLORESTA, 1997, p. 150-151).

Nísia foi pioneira na educação feminista no Brasil e tem muito a contribuir para a educação latino-americana na atualidade, especialmente nos estudos feministas e de gênero. Em meio a tantas mulheres que no século XIX eram “submissas, analfabetas e anônimas” (DUARTE, 2006, p. 19), podemos imaginar essa brasileira escrevendo, militando e questionando a maneira de pensar de muitas pessoas. Suas idéias inovadoras abordaram temas que hoje lutamos para inserir na academia, como os temas dos estudos feministas e de gênero.

Ela sempre lutou por uma educação mais justa e humana, ressaltando em meados do século XIX que nada, porém, ou quase nada, tinha-se visto fazer para remover os obstáculos que retardam os progressos da educação das nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que lhes obscurecem a inteligência, e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a quem têm direito as mulheres de uma nação livre e civilizada (FLORESTA, 1989, p 44). Denunciando a opressão masculina, apontava o antídoto ao alcance da mulher com educação, para melhorar a sociedade. Assim, Nísia procurava transmitir às suas educandas os mesmos valores ético-religiosos que deviam nortear os passos da filha. Para ela, a mulher deveria ser aberta ao conhecimento, como forma de se libertar.

Talvez, hoje, tenhamos mais clareza do que isso significa. Muitos documentos que tratam sobre políticas públicas na educação, por exemplo, vêm apontando que a educação da mãe interfere nas condições de vida e no que os seus filhos terão acesso.

¹ Profª graduada em Filosofia (UFPEL-RS); Especialista em Metodologia do ensino de História e Geografia (FACCAT-RS); Mestre em Educação (UNISINOS-RS); Doutoranda em Educação (UNISINOS/RS). E-mail: grazirinaldi@bol.com.br.

² Mestre em História; Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: bcorsetti@unisinos.br.

³ Se referindo aos filhos (as).



Em algumas passagens encontradas nas obras de Nísia aparecem questões a cerca das relações de gênero. A seguinte passagem de Nísia encontrada no seu texto “*A mulher*”, em *Cintilações de uma Alma Brasileira*, nos mostra a relação de gênero presente em sua produção:

O homem profana os mais santos deveres da natureza e da lealdade; abusa da confiança das famílias nas quais é recebido, engana as raparigas, seduz as esposas, insulta os parentes e os maridos; rasteja, como um desenfreado animal, nos mais abjetos níveis da sociedade [...] E ainda assim ele é recebido em todo lugar, festejado, e orgulhoso de suas conquistas; e se ele é rapaz rico, ou em vias de sê-lo, acha facilmente pais que não hesitam em conceder-lhe a mão de uma filha. A mulher tida por mais fraca que o homem, deve suportar sozinha a punição, se a sua força vacila. Educada entre os elementos mais contrários a corroborar-lhe a razão e iluminar-lhe o espírito para evitar as inumeráveis insídias armadas à sua sensibilidade e inexperiência, deve todavia carregar por si só o oprobrioso peso da vergonha quando é arrastada por aquele que a fez cair (FLORESTA, 1997, p. 127).

Nísia denunciava o preconceito de gênero. Mostrava que se uma pobre garota caísse na desgraça de prevaricar por um amor que ela acreditava ser sincero e puro, ao ser descoberta sofreria uma reprovação enérgica da sociedade, enquanto o homem seria acolhido com graça e grande honra (FLORESTA, 1997, p. 125). Esse tipo de atitude são denominadas por ela de “aberrações do intelecto viril” (1997, p. 127). Essa abjeção e injúria ao comportamento das meninas e mulheres estão ainda presente em nossa sociedade. As adolescentes nas escolas comentam que os meninos podem se comportar de maneira que fiquem com mais de uma menina em uma festa, por exemplo, enquanto as meninas carregam o peso da vergonha se tiverem a mesma atitude.

Nísia trabalhava numa perspectiva de gênero no contexto clássico do termo, aquele que “desnaturizador”, que questiona posições estabelecidas, tanto teóricas, quanto socialmente e culturalmente construídas. Temos encontrado acirradas discussões sobre o conceito de gênero. Muitas são as críticas e construções a esse respeito⁴, mas podemos dizer que Nísia além de trabalhar com a categoria “sexo” (comum à época) ela, faz relações acerca da construção cultural e social da mulher.

Podemos perceber, ao estudar Nísia Floresta, que ela falou de equidade de gênero. Na obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, onde consta a necessidade dos homens pensarem na equidade. Vejamos:

Em uma palavra, se os homens fossem Filósofos (tomando esta palavra em seu rigor) descobririam facilmente que a Natureza constitui uma perfeita igualdade entre os dois sexos. Mas como há poucos que sejam capazes de um pensar tão abstrato, nenhum direito têm mais que nós, de serem juízes nesta matéria, e por consequência, necessitamos de recorrer a um Juiz menos parcial, incapaz de deixar-se prevenir por alguma das partes e, por conseguinte irrecusável. Estas qualidades são visivelmente inerentes à razão bem apurada, pois que é uma faculdade pura e intelectual sem aceção por algum sexo e igualmente interessada no bem-ser de toda espécie racional em geral, e em particular (FLORESTA, 1989, p. 30-31).

⁴ Adriana Piscitelli (1997) faz um bom apanhado sobre a ambivalência dos conceitos “sexo e gênero”. A esse respeito ler “Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade”, de Judith Butler (2003).



Enquanto eles não chegarem a esse ponto de equidade, as pechas imaginárias com que eles têm oprimido o nosso sexo e que se alguma aplicação têm, não podem recair mais que sobre um pequeno número dentre nós, que não me proponho justificar, não passarão senão como pequenas sutilezas a cuja sombra querem fazer passar as suas (FLORESTA, 1989, p. 31).

Nessa mesma obra Nísia diz que “seria preciso recorrer a tantos países, como um judeu errante, para achar nesse sexo invejoso e pouco generoso, alguns outros exemplos de uma semelhante equidade a nosso respeito” (1989, p. 75). Atualmente há um aumento de estudos de gênero e Nísia tratou nessa obra sobre uma questão bem atual. Dizendo que “quando se pretende exprobar a um homem a falta de coragem, chama-se-lhe “afeminado”; quando se pretende exaltar a coragem de uma mulher, diz-se ‘é um homem’ ” (1989, p. 80).

Constância Duarte (1989), chama atenção para o fato que Nísia “surpreende ao leitor com a perspicácia de seu raciocínio. Antecipando-se aos debates sobre a arbitrariedade do signo lingüístico corrente neste século, a autora avança no desvendamento dos esquemas sexistas presentes na linguagem” (p. 80). Assim, mesmo que versando uma filosofia da educação que visa a educação da mulher, sobretudo como uma preparação moral e religiosa. Nísia avança, no que diz respeito a importância da educação para as meninas, uma educação que vai para além do espaço doméstico.

Os colégios para meninas fundados por Nísia Floresta

Em todos os pontos do Brasil, qualquer homem ou mulher que saiba ler, embora não seja no português classicamente belo de A. Herculano, e tem meios de montar uma casa de educação, julga-se para logo habilitado a arrogar o título de diretor de colégio, caricaturando o que na Europa ilustrada assim se denomina. Nenhum exame em regra se exige desses educadores da juventude que terá de fazer um dia a glória do nosso país: eles ensinam pelos compêndios que querem, instituem doutrinas à sua guisa. O pedante goza das mesmas garantias, e quase sempre de maiores vantagens, que as inteligências superiores (FLORESTA, 1989, p. 80).

A crítica de Nísia citada acima nos mostra a preocupação dela com a qualidade do ensino, bem como com a capacitação docente, deixando claro que algumas pessoas estavam “gozando” de direitos sem estarem aptos para lecionar. Nesse trecho também percebemos que o que estava na Constituição de 1824 não estava sendo cumprido. Ao escrever sobre a incipiente experiência escolar brasileira, Jaime Giolo (2006), conta-nos que:

[...] a Constituição de 1824 sinalizava para a criação de um amplo sistema escolar, alinhado com o que se tinha de mais moderno na época [...]. Em 1827 surgiu a primeira legislação geral do ensino primário: o decreto de 15 de outubro de 1827⁵. O art. 1º do decreto estipulava: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (p. 457).

⁵ Essa constituição foi uma das maneiras das elites traduziram a proposta metodológica em proposta política ou vice-versa no período da constituição do Estado Nacional. Uma proposta que era baseada no Método de ensino Lancaster, instituído por Dom Pedro I. Esse método foi criado por Joseph **Lancaster** (1778-1838), na Inglaterra no início do



Além disso, os artigos previam concurso público para os professores, fixava salários, definia métodos e um currículo básico para as aulas de primeiras letras (GIOLO, 2006, p. 457). Também, se previa aulas para as meninas, cito:

Nas cidades e vilas mais populosas, haveria também aulas para meninas, com o currículo mais abreviado em relação ao das escolas para meninos, acrescentando-se, entretanto, “as prendas que servem à economia doméstica” (art. 12). Tais aulas seriam ministradas por mestras, que, para isso, perceberiam um salário igual ao dos mestres (art. 13) (GIOLO, 2006, p.457).

Esse autor conta-nos que “o ato adicional de 1834 acabou com todas as pretensões dessa regulamentação” (GIOLO, 2006, p. 457). Ou seja, nem mesmo com “currículos mais abreviados em relação às escolas para meninos”, a educação para as meninas estava em segundo plano. Em 1830:

[...] o presidente da província, Caetano Maria Lopes Gama, reivindicava do Império a criação de 28 escolas de primeiras letras, cuja aprovação deveria vir da Assembléia Geral Legislativa. Também solicitava escolas para meninas, a exemplo das que existiam em outras províncias do Brasil (GIOLO, 2006, p. 458).

Porém, como salienta Jaime Giolo (2006), ao pesquisar sobre a educação privada:

Da parte da iniciativa privada, não houve, igualmente, progressos sensíveis. O registro mais saliente diz que, em 1827, o padre Juliano de Faria Lobato, primo de Bento Gonçalves, introduziu o método de ensino mútuo no ensino particular. A exemplo da instrução pública, porém, o ensino privado passou longo tempo tateando sem estabelecer-se numa rede eficiente e dinâmica. A principal ação da iniciativa privada era, ainda, eminentemente doméstica (p. 460).

A preocupação de Nísia com a educação foi tanta, que ela não apenas escreveu sobre a educação para as meninas, sobre o papel dos pais na educação e sobre a importância da educação das mulheres para a sociedade brasileira. Nísia fundou escolas, para colocar em prática suas idéias!

Fez críticas às pessoas que abriam estabelecimentos de ensino na época, bem como as disciplinas ministradas para as meninas. Nísia denunciou os preconceitos que eram legitimados com as diferenças das disciplinas. Diferenças essas, que contribuíram para que as mulheres permanecessem em situação desigual na sociedade. Também denunciou o descaso dos poderosos, com a educação, dizendo assim:

Tem-se tratado de muitas coisas, menos disso, disso que merece incontestavelmente a mais circunspecta atenção dos homens pensadores.

Um dia raiará mais propício para nós, em que os escolhidos da nação brasileira se dignem de achar a educação da mulher um objeto importante para deles ocuparem-se com a circunspeção que merece.

Entretanto, lancemos os olhos para o que se acha atualmente feito pelo governo em favor do ensino primário das nossas meninas (FLORESTA, 1989, 81).

Na condição de diretora de estabelecimento de ensino, falou no *Opúsculo Humanitário*, dela mesma, cito-a:

século XIX. Para saber mais ler o artigo de Fátima Maria Neves (s/a) em: www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-3119--Int.pdf.



Conhecemos outrora uma diretora que, não querendo fazer conhecido por fúteis exteriores o seu gosto pelo magistério, grandes dificuldades teve a superar para colocar-se, como depois se achou, à frente de um dos mais frequentados estabelecimentos desta Corte. Impelida então pelo desejo de acelerar os progressos de suas alunas, ela fixou um certo número, não admitindo outras sem vagar alguns dos lugares preenchidos. Este procedimento admirava um extremo a todos de quem era conhecido, pois não se compreende que no magistério deve haver um interesse mais nobre que o do miserável ganho pecuniário⁶, interesse colocado pelos verdadeiros amigos da educação da mocidade à frente de todas e quaisquer outras considerações (FLORESTA, 1989, p. 89).

Tendo que sustentar duas crianças na capital gaúcha e frente a um contexto precário ainda de educação, especialmente para as meninas, abriu uma escola em Porto Alegre, que para Flores (1871), teria sido provavelmente em 1834, após a fundação da escola no Rio de Janeiro, chamada “Colégio Augusto” que manteve suas atividades por dezessete anos (p.140). Segundo Jaime Giolo (2006) “muitas dessas aulas estavam fadadas a morrer no próprio nascedouro, pois o Império se desincumbiu delas em 1834” (p. 459). No Brasil não existiam grandes preocupações com a educação feminina.

Isso evidencia a marca da sociedade patriarcal tanto nas desigualdades legais, vivenciadas pelas mulheres, quanto nas práticas sociais, políticas, educacionais e econômicas que subordinavam as mulheres na hierarquia social. Identificadas com o domínio privado, do lar e da família, como esposas e mães, ou, simplesmente, como dependentes dessas esferas, as mulheres de diferentes classes sociais, embora livres, situavam-se, então, diferencialmente dos seus pares do sexo masculino como cidadãs “de segunda classe” (CHAMON, 2005p. 30).

Historicamente, em outras regiões do Brasil, a situação não era diferente. Algranti (1993) ao analisar a condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, nos anos de 1750-1822, nos conta que havia um total desinteresse, por parte dos monarcas, na criação de estabelecimentos que pudessem aprimorar o estado da educação feminina na Colônia. A menção a educandários só surge na documentação oficial quando uma iniciativa particular para a fundação de um convento ameaça a política portuguesa de restrição à vida religiosa feminina no Brasil.

O que os colonos desejavam era realmente conventos e não escolas. As instituições permaneceram como casas de religiosas, que abrigavam mulheres leigas e educandas e se transformaram em conventos quando surgiram as oportunidades (ALGRANTI, 1993, p. 254). Nesse período foram criados os primeiros internatos femininos, que fizeram moda nos séculos seguintes. Sabe-se que os colégios religiosos, desempenharam papel importante na segunda metade do século XIX, na tarefa de educar meninas. “As ordens contemplativas decadentes foram substituídas por ordens mais voltadas para a prestação de serviços à comunidade” (BARROSO, 1982, p. 51). Mas, muitas dessas congregações se dedicaram, quase que exclusivamente servindo às classes dominantes.

⁶ Nísia faz uma crítica às pessoas que lecionavam e/ou dirigiam estabelecimentos de ensino visando apenas remuneração.



Algranti (1993) conta que o impulso dado à educação feminina no século XIX no Brasil estava distante da maior parte das mentes esclarecidas da Colônia:

A educação das meninas seguiria ainda por muito tempo a influência da educação conventual não só pelo papel desempenhado pelas religiosas educadoras, como também pela proposta de um ensino diferenciado entre os sexos movido pelas expectativas da sociedade (p. 261).

Os protestantes, que até os primórdios da República, instalaram colégios na maioria das Províncias, valorizavam as matérias científicas, privilegiava os métodos empíricos e propugnavam a co-educação. Tinham um tratamento menos discriminatório quanto aos papéis sexuais. Contudo, as escolas tradicionais católicas, de currículo humanista clássico e com rígida separação entre os sexos predominavam. Carmen Barroso (1982), destaca que a eliminação legal de escolas segregadas para cada sexo, bem como a maior participação da mulher no processo educativo não foram suficientes para eliminar as diferenças nas trajetórias educacionais, mantendo os “guetos sexuais” (p. 54).

A necessidade de educar as meninas parece ser um dos grandes temas liberais da segunda metade do século XIX no Brasil, antes disso Nísia foi pioneira na elaboração de uma Filosofia da Educação que levasse em conta a educação com as meninas, pois Nísia fundou escolas no Brasil, antes da segunda metade do século XIX. Nísia Floresta sofria com o fato de não haver estabelecimentos de ensino voltados para o público feminino:

Nestas províncias encontram já meios de instruir-se em diversos ramos do ensino os rapazes, que outrora iam com mais ou menos dificuldades procurá-lo longe de suas famílias, entretanto que as meninas, cujos pais por justas considerações não ousam aventurá-las em uma longa ausência de suas vistas, acham-se ainda privadas dessa vantagem (FLORESTA, 1989, p. 87)

Para Nísia, estudar era uma vantagem, mas ainda não era algo comum a realidade das meninas no início do século XIX. Nísia Floresta rompia com a idéia de educação para servir ao homem, aos filhos e ao lar, existe na sua filosofia da educação a idéia de educação das meninas que as prepare para servir à humanidade.

A educação para as meninas em Nísia Floresta, seria um instrumento de superação e rompimento das barreiras do lar. A mulher, para ela, tinha condições de ir além e atuar na sociedade em que vive, administrando cargos públicos, políticos; fazendo o que o homem faz. A mulher tinha também, o papel de conduzir as atitudes dos homens ao bem geral de seus semelhantes (FLORESTA, 1997, p. 125).

Como nos indica Ferreira (2006):

Na condição de diretora-proprietária de educandários para moças, Nísia definiu um projeto educacional no qual o ensino das prendas domésticas era acompanhado de formação sólida em línguas e conhecimentos gerais, o que respondia à sua preocupação com a formação das mulheres para que pudessem conquistar um lugar digno na sociedade (p. 2)



A escola em Porto Alegre, fundada por Nísia, teria os mesmo diferenciais do colégio Augusto, que ela também fundou no Rio de Janeiro. Hilda Flores (1992) esclarece que ela abriu o colégio Augusto em 15.2.1838, localizado na rua Direita, nº 163, hoje rua 1º de Março. Mais tarde transferiu-o para um sobrado, onde também residiu, à rua Dom Manoel, nº 20, com entrada pela travessa do Passo, 23 (FLORES, Hilda, 1992, s/p). O colégio Augusto que funcionou dezoito anos no Rio de Janeiro, sendo desativado em 1855, tinha programas de estudos que incluíam disciplinas como latim, caligrafia, história, geografia, religião, matemática, português, francês, italiano, inglês, música, dança, piano, desenho e costura. Para o ensino das línguas estrangeiras, os mestres eram contratados na Europa, excluía o uso do vocabulário pátrio, método revolucionário para a época, e ainda hoje em uso.

Nísia também se opunha à comercialização do ensino por indivíduos incompetentes que com frequência abriam escolas de bela aparência, mas de pouca substância em seu interior. Para ela, a tarefa educativa era missão que somente aos mais qualificados deveria ser confiada (VALADARES, 1989, X). Ao denunciar que frequentemente se abriam escolas particulares de bela aparência, mas sem nenhuma consistência, na época e limitar o número de alunas por sala de aula, para oferecer melhores condições de ensino e acompanhamento na educação das meninas nos mostra o seu perfil de educadora.

Chamon (2005), explica que mesmo as “meninas privilegiadas, que tinham acesso à escolarização privada, recebiam uma instrução artificial, sem qualquer consistência, ou aprofundamento de conhecimentos (p. 38). Assim:

Para as filhas das camadas desprivilegiadas economicamente, cujas tarefas se restringiam à prática dos trabalhos domésticos, não era percebida qualquer utilidade na frequência à escola. A educação feminina era um privilégio das filhas da elite brasileira e ocorria por meio do ensino de canto, dança, francês e da prática de algumas habilidades manuais, ministradas em aulas particulares por preceptores ou em escolas particulares, principalmente de congregações religiosas (2005, p. 38).

A educação para meninas em meados do século XIX era dada em conventos que recolhiam as moças para educar ou nas residências. As meninas deviam ficar em casa, junto com suas mães. No Brasil, os investimentos em educação pública e gratuita, eram mínimos, quando havia. Contudo, não era necessário que os pobres estudassem e nem as mulheres.

Nísia falava no exterior sobre os colégios do Brasil e sobre a educação existente na época em que viveu. Nísia chegou dizer, em seu artigo “*O Brasil*”, que ninguém até aquele período havia se dedicado a estudar profundamente e tornar notório aquilo que havia no Brasil de mais importante. Ela contou que se, nas salas de aulas de Paris, quando aparecia alguma brasileira que demonstrasse talento, perguntavam se ela havia sido educada na França.



Nísia tem profunda responsabilidade em sua proposta de inserção da mulher na sociedade, onde as moças passariam a ter domínio e controle de suas próprias vidas. Por outro lado, ela coloca a mulher na condição de ser capaz de melhorar a sociedade, com a simples prática de suas virtudes (FLORESTA, 1997, p. 131), mas, para isso, obviamente, as mulheres teriam que querer.

Exercitando o coração, Nísia sugere às mulheres que deixem aos homens as teorias mais ou menos eloqüentes para declarar tudo o que pertence ao misticismo; os argumentos científicos, as vivas e elegantes discussões de toda espécie em seu progresso para alcançar a meta de seus vastos projetos, ou ter êxito nas arriscadas empresas (FLORESTA, 1997, p. 131). A questão moral parece prevalecer ao feminismo de Nísia em algumas passagens de sua obra. A mulher teria tarefa principal no que ela chamou de “ressurreição moral dos povos” (1997, p. 133). Os valores morais são fundamentais no seu pensamento e chama a atenção das mães, pedindo:

Dedicaí-vos com mais atento cuidado ao estudo de vossas crianças, vencei vossa fraqueza pelos seus graciosos errinhos; daí um basta àquelas longas teorias, as quais, antes de beneficiá-las, aborrecem-nas (FLORESTA, 1997, p. 143).

Nessa perspectiva, Nísia, criticava a educação, desprendida de valores morais e via nisso as raízes dos problemas sociais:

A descrença!

E de onde vem este flagelo destruidor?

Da educação.

A educação moral, de que tenciono aqui falar, falta geralmente por toda parte, por toda parte é esboçada, não sendo em parte alguma levada a cabo. Daí a origem e a causa capital de todos os males morais que afligem, e afligirão ainda por muito tempo o gênero humano.

Ter-se-á um enorme trabalho em abrir escolas, academias e asilos de caridade; promulgar leis, dilatar o horizonte das ciências e da arte; favorecer e ampliar o comércio e a agricultura; alinhar exércitos formidáveis; não se chegará nunca a curar as chagas gangrenadas da sociedade, se se continuar a desleixar a educação moral dos povos (FLORESTA, 1997, p.111-113).

Essa educação que não se efetuará com armas, nem com o poder do ouro, mas com o amor e a virtude. É importante destacar que Nísia deixa claro que a virtude que melhor condiz com a mulher é a abnegação. Por ser desprendida é que a mulher pode se voltar em prol dos outros.

Fundar escolas e ser diretora ou professora era algo inovador para a época de Nísia. As atividades no campo da educação, que Nísia desenvolveu com bravura no século XIX vão nos surpreender na medida que tivermos mais pesquisas sobre a sua vida e suas idéias, pois “o arcabouço das idéias de Nísia Floresta será ainda um desafio a contemporaneidade nacional” (VALADARES, 1989, p. III). Além disso o seu “valor” na história da educação e no campo da Filosofia da Educação, bem como nos estudos feministas e de gênero, aumenta a cada dia, pois suas idéias são atuais. Também sobre o que propôs a nível educacional, no que tange a educação para as



meninas, pode vir a contribuir com os estudos de gênero, na medida em que se consideram as diferenças humanas.

Referências:

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822.** Edunb: Brasília; José Olympio Editora: Rio de Janeiro. 1993. 350 p.

BARROSO, Carmen. **Mulher, Sociedade e Estado no Brasil.** Editora Brasiliense: São Paulo; UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância. 1982, 190 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade.** Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

CHAMON, Magda. **Trajetória de Feminização do Magistério.** Ambiguidades e conflitos. Editora Autêntica. Belo Horizonte: 2005.

DUARTE, Contância. **Nísia Floresta: uma mulher à frente de seu tempo.** Brasília: Mercado Cultural, 2006. 120 p.

_____. A pioneira do feminismo brasileiro-b. In.: **Jornal Diário de Natal- DN EDUCAÇÃO.** Natal, 2006, p.18-20.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: **Revista Letras de Hoje.** Vol. 27, nº3, s/p. EDIPUCRS: Porto Alegre, 1992.

FLORESTA, Nísia. **Cintilações de uma alma brasileira.** Editora Mulheres. Florianópolis, 1997.

_____. **A Mulher.** In.: FLORESTA, Nísia. **Cintilações de uma alma brasileira.** Editora Mulheres. Florianópolis, 1997, p.82-159.

_____. **Opúsculo Humanitário.** Introdução e Notas de Peggy Charpe Valadares. Editora Cortez: São Paulo, 1989.

_____. **Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens -b- Introdução e Notas de Constância Lima Duarte.** Editora Cortez: São Paulo, 1989-b.

GIOLO, Jaime. **A Instrução.** In.: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (direção); BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord. Geral). Império-Vol. 2. Méritos Editora. Passo Fundo: 2006, p. 449-489.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre o conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas femininas. In.: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres.** Coleção Gênero. Editora Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro: 1997, p. 49-65.

VALADARES, Peggy Sharpe-. **Introdução e notas.** Opúsculo Humanitário. Editora Cortez. São Paulo: 1989.